

## **ÉTICA ESPANHOLA CONTEMPORÂNEA**

**Aluna: Thais Borges**  
**Orientador: Marcello Ciotola**

### **Introdução**

A pesquisa se direciona ao estudo de autores que trabalham no campo da ética normativa. O livro *Os Elementos da Filosofia da Moral*, do professor americano James Rachels, possibilita um contato inicial com as correntes da ética normativa. Os três autores espanhóis escolhidos – Adela Cortina (*Cidadãos do Mundo*), Victoria Camps (*Paradoxos do Individualismo*) e Fernando Savater (*Os Sete Pecados Capitais*) – nos fornecem um panorama da filosofia moral espanhola contemporânea.

### **James Rachels:**

O livro de James Rachels, *Os Elementos da Filosofia da Moral*, expõe as principais teorias éticas, apresentando suas idéias centrais, seus principais defensores e as críticas normalmente dirigidas a elas. Por isso, fornece a base para aprofundar os estudos sobre o tema, tendo sido escolhido como ponto de partida deste estudo. Entre as teorias éticas analisadas estão o relativismo cultural, o utilitarismo, o egoísmo ético, o subjetivismo ético, a ética do cuidado e a ética das virtudes. O autor parte de exemplos práticos para mostrar os argumentos que fundamentam determinada teoria ética e aqueles que a contestam.

### **Adela Cortina, Victoria Camps e Fernando Savater:**

A leitura dos livros de Adela Cortina, Victoria Camps e Fernando Savater permite uma aproximação com o debate ético espanhol contemporâneo. Estes autores têm a preocupação de trazer as discussões éticas para o dia-a-dia. Discutem temas importantes no mundo atual, como as questões de ordem política, econômica, social, religiosa e cultural, embasando suas análises nas teorias éticas mais proeminentes. Abordaremos, em seguida, as idéias centrais de cada um dos livros estudados mencionando alguns exemplos que comprovam a preocupação dos autores em vincular as teorias éticas às situações cotidianas e aos problemas do mundo contemporâneo.

Em *Cidadãos do Mundo*, Adela Cortina aborda as diferentes facetas da cidadania, como a cidadania política, civil, social, econômica e intercultural. Sua proposta é analisar os diversos aspectos relacionados ao tema para, a partir daí, propor uma teoria da cidadania cosmopolita.

Analisaremos brevemente a cidadania social e a cidadania intercultural. Em relação à primeira, Adela Cortina afirma que o conceito social de cidadania foi o que se converteu em conceito padrão e teve sua máxima expressão no Estado de bem-estar social. Apesar deste modelo de Estado ter sido importante historicamente na concretização dos direitos sociais, não se adapta mais aos tempos atuais. A principal crítica que a autora faz ao Estado de bem-estar social é relativa à institucionalização da solidariedade. Quando cabe ao Estado resolver todos os problemas da sociedade, corre-se o risco de transformá-lo em um Estado agigantado, ou seja, em um Estado que invade campos que são próprios da sociedade civil. Como alternativa, Adela Cortina propõe o que chama de “Estado social de direito”. O fundamento desse Estado é a justiça e, por isso, garante apenas aquilo que é considerado exigência ética. Esse mínimo

ético necessário corresponde às necessidades básicas dos indivíduos e a sua satisfação concretiza a cidadania social.

Quanto à cidadania intercultural, é preciso lembrar que a relação entre culturas é fator importante no mundo atual, sobretudo pela grande quantidade de conflitos que pode acarretar. Segundo Adela Cortina, o que gera tais conflitos não é o fato de existirem diversas culturas, mas sim a necessidade de conviverem em um mesmo espaço social. O resultado é, normalmente, a dominação de um grupo por outro. Os membros da cultura relegada a segundo plano não sentem que são iguais aos demais, não se sentem cidadãos. Por isso, é essencial que a cidadania seja intercultural, ou seja, uma todos os grupos sociais independentemente da cultura.

Adela Cortina ressalta duas tentativas de superar os choques culturais: o apartheid, que consistiu na separação dos membros de cada grupo cultural, e o assimilacionismo, que ocorreu muitas vezes com imigrantes e consistiu no abandono de uma cultura e adesão à cultura dominante. A autora rejeita essas opções e propõe “um diálogo entre as culturas, de forma que respeitem suas diferenças e esclareçam conjuntamente o que consideram irrenunciável para construir, a partir de todas elas, uma convivência mais justa e feliz”<sup>1</sup>.

Essas dimensões da cidadania mencionadas acima são apenas duas dentre outras abordadas por Adela Cortina como essenciais para a construção de uma teoria da cidadania que atenda às necessidades da sociedade contemporânea.

Em *Paradoxos do Individualismo*, Victoria Camps analisa o significado atual do individualismo e todas as ambivalências que esse termo carrega. Apesar de ser visto muitas vezes de forma negativa, como sendo, por exemplo, responsável pela extrema competitividade do mercado, pelo isolamento dos indivíduos e pela falta de preocupação com as causas comuns, o individualismo traz muitas conseqüências positivas. Surgiu com o liberalismo e com as democracias modernas, ou seja, ao mesmo tempo em que os indivíduos conquistavam a liberdade. Sua importância naquele momento histórico permanece até os dias atuais por ser o campo de liberdade e autonomia do indivíduo.

Em capítulo do livro *Paradoxos do Individualismo*, Victoria Camps analisa a comunicação na sociedade contemporânea. Constata que existe uma contradição quanto a este tema. Hoje em dia existem inúmeras formas de contatar pessoas de diversas partes do mundo. Essas formas são eficientes e muitas delas permitem comunicação em tempo real. No entanto, observam-se na sociedade muitas características de falta de comunicação. Existe uma competitividade desenfreada, racismo, intolerância, falta solidariedade e o tempo dedicado às relações afetivas nunca está em primeiro lugar. Dizer que vivemos na sociedade da comunicação significa que estamos tecnologicamente avançados quanto às formas de transmitir a informação. Não significa, contudo, que a comunicação é satisfatória. O campo da política, por exemplo, acaba por gerar poucas polêmicas construtivas e muitos insultos e desqualificações entre os candidatos ou parlamentares. Outro exemplo são os meios de comunicação que, por trás do seu papel principal de transmitir a informação, buscam atingir outros objetivos, como convencer o leitor, ter prestígio ou simplesmente aumentar as vendas. Victoria Camps propõe que se repense a forma como a comunicação é utilizada para que os avanços tecnológicos facilitem a aproximação dos diferentes povos e grupos sociais.

Victoria Camps analisa também o significado do mercado na sociedade contemporânea. O mercado é ao mesmo tempo paradigma da liberdade e da desigualdade. Nisso consiste sua contradição. A relação que se estabelece entre as pessoas nesse campo é uma relação impessoal e isso faz com que seja um campo de liberdade, pois evita discriminações, e também de desigualdade, pois não é pautado por critérios morais, mas critérios de perdas e ganhos. Apesar de o mercado proteger o direito de propriedade, a má distribuição desse direito gera grandes injustiças. A desigualdade que se estabelece não se manifesta apenas no setor econômico, mas atinge também certos direitos, como o direito à educação e ao trabalho.

Victoria Camps ressalta que o sistema de mercado livre, apesar das injustiças que gera, é o que demonstrou ser mais eficaz para superá-las. Neste sistema a produção é incentivada e isso gera riqueza, essencial para que se possa fazer justiça. O que falta na sociedade é vontade política para que a distribuição seja justa e minimize a desigualdade.

Além do problema da justiça, a autora chama a atenção para outro problema do sistema econômico: a alienação individual. O mercado produz “un modelo humano economizado hasta la medula – *homo economicus* puro - , egoísta, autointeresado, sin sensibilidad hacia lo público y motivado solo para maximizar su propia utilidad.”<sup>2</sup> Esse indivíduo não se preocupa com as injustiças e coloca a felicidade na obtenção de dinheiro e sucesso. Victoria Camps teme que esse já seja um indício de que o mercado está invadindo esferas da sociedade que deveriam ser pautadas por outros valores. Ressalta que a lógica do mercado não deve se estender a setores como o da educação, saúde e trabalho.

Outro ponto importante abordado por Victoria Camps é a democracia. Este procedimento para tomada de decisões na comunidade tem alguns problemas, chamados pela autora de “misérias da democracia”. O primeiro deles é a questão da maioria. A regra da decisão por maioria é importante para o funcionamento da democracia, mas nem sempre tal procedimento garante a justiça. A maioria nem sempre toma decisões acertadas e muitas vezes decidir com base no maior número de votos significa desprezar os interesses da minoria, não reconhecendo seu valor na sociedade. Segundo a autora, o objetivo da democracia deveria ser descobrir qual é o interesse comum da sociedade. No entanto, o que a decisão da maioria reflete muitas vezes não é nem mesmo a convicção desse grupo, mas a capacidade de manipular de alguns poucos que cuidam das questões públicas, questões essas que deveriam interessar a todos.

O segundo problema é exatamente esse desinteresse pela política. A participação democrática é um direito e, segundo Victoria Camps, não teria sentido tornar isso uma obrigação. Os cidadãos usam sua liberdade para se desincumbirem da participação democrática e isso acaba por desintegrar a vida pública e gerar uma profissionalização da política.

O terceiro problema da democracia é não garantir a justiça de seus resultados. É o melhor procedimento até hoje utilizado para a tomada de decisões, mas está longe de ser o ideal. Para Victoria Camps, um fator que explica isso é que as deliberações democráticas não se dão em condições ideais de diálogo. Muitos setores da sociedade não têm voz no diálogo da política e cada indivíduo é movido por interesses particulares e dá mais valor a esses que aos interesses públicos. A autora enfatiza que para superar este terceiro problema é preciso fixar critérios de justiça distributiva e adotar políticas concretas que desenvolvam tais critérios, minimizando as desigualdades.

Por fim, em *Os Sete Pecados Capitais*, Fernando Savater analisa cada um dos pecados capitais (soberba, preguiça, gula, inveja, ira, avareza e luxúria) na sociedade atual. O autor mostra que expressivas mudanças ocorreram na compreensão desses pecados ao longo dos séculos e busca dar a eles um significado adequado à sociedade contemporânea. Com este intuito, aborda diversas questões relativas ao tema, sobretudo a religiosa, trazendo opiniões de representantes das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo). Apresenta também, em cada capítulo, a virtude correspondente ao pecado analisado, problematizando os efeitos de seu desvirtuamento na sociedade.

Em relação ao pecado da avareza, Fernando Savater diz que aquele que objetiva acumular bens pelo simples prazer de ter peca porque impede o intercâmbio do dinheiro. A moeda é um bem social e sua circulação é benéfica para toda a sociedade. Frear esse fluxo é, portanto, o significado do pecado da avareza na sociedade contemporânea. O avaro confere ao dinheiro mais importância do que tem, pois não o vê como um meio, mas o transforma em um fim. O dinheiro vale pelo que pode ser obtido com ele. O avaro, no entanto, o acumula apenas

visando ter sempre mais. A virtude correspondente à avareza é a generosidade. Nem todos podem ser generosos, apenas aqueles que têm excedentes. Fernando Savater identifica os políticos como um grupo pouco generoso, mas afirma que o que buscam não é dinheiro, mas prestígio. Ao invés de pautarem suas decisões pelo que beneficia a sociedade, atuam buscando sempre mais poder e reconhecimento. Questões importantes quando se fala em generosidade são a atuação das ONGs e a beneficência. O autor ressalta que atuação das ONGs deve ser vista de maneira cautelosa para que não substitua o papel do Estado perante a sociedade e a beneficência muitas vezes é ato que satisfaz o espírito de quem o pratica.

### **Referências**

- 1 – Cortina, Adela. **Cidadãos do Mundo – para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 144p.
- 2 – Camps, Victoria. **Paradojas del Individualismo**. Barcelona: Crítica, 1999. 189p.